

**JOICE CUNHA DE SOUZA**

**Classes Hospitalares: um novo olhar do pedagogo**

**Rio de Janeiro**

**2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**  
**MATRÍCULA: 20022351511**  
**ALUNA: Joice Cunha de Souza**

**Classes hospitalares: um novo olhar  
do pedagogo**

Trabalho apresentado à disciplina monografia II, como  
requisito de avaliação da disciplina Monografia II orientado  
pela professora Angela Maria Souza Martins.

**Rio de Janeiro**  
**2006**



A todos que acreditaram na minha vitória, minha Mãe Rosângela, meu Pai Beto, Minha irmã Juliana, Minha Avó Ismar e meu namorado Ricardinho. Por toda paciência, dedicação e compreensão destinada a mim. Por todo amor, por todos os conselhos e carinho. E por fazerem parte de mais uma etapa conquistada e por continuarem me acompanhando nesta trajetória.

## **Agradecimentos**

A Deus

As Amigas Fernanda, Izabelle, Jéssica, Letícia e Rosimeria.

Aos Professores que ficarão em minha memória.

Familiares

A equipe da Escola Santa Bárbara e Colégio Afonso Celso

Curso Pré-vestibular Porão

A equipe do IHA



Epígrafe

“O valor das coisas não está no tempo em Elas duram,  
mas na intensidade com que acontecem, por isso existem  
momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas  
incomparáveis”.

Fernando Pessoa

## RESUMO

Este trabalho monográfico pretende refletir sobre o contexto e os pressupostos que embasam a classe hospitalar.

Observado-se, atitudes que continuam sendo reflexo de uma história que foi sempre marcada pela discriminação, mas que, no entanto, vive-se no campo da Educação, um momento de mudanças estruturais, no qual se desloca das deficiências do indivíduo para a valorização de suas potencialidades, oferecendo-lhes meios de desenvolvê-las ao máximo.

Com base nos subsídios teóricos dessa retrospectiva histórica analisaremos a concepção das classes hospitalares; as correntes teóricas que exercem influência na prática pedagógica; a formação do professor/pedagogo e a legislação, os movimentos em prol de uma sociedade inclusiva.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I - A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA/ESPECIAL</b>	<b>11</b>
1.1 – A integração/inclusão e exclusão.....	13
1.2 – Terminologia Específica da educação Especial.....	15
<b>CAPÍTULO II – O DIFERENTE E A EDUCAÇÃO NA HISTÓRIA.....</b>	<b>20</b>
2.1 – Breve História da Exclusão na Educação Brasileira a partir do século XIX .....	22
<b>CAPÍTULO III – A CLASSE HOSPITALAR NO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>26</b>
3.1 – Pressupostos e Estratégias das classes Hospitalares.....	29
3.2 – O Professor da classe Hospitalar.....	31
3.3 – O Planejamento e o Currículo Escolar.....	34
3.4 – A Educação como Direito de Todos.....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>44</b>

## Introdução

Este trabalho monográfico pretende refletir sobre o contexto e os pressupostos que embasam a classe hospitalar, ou seja, do atendimento pedagógico-educacional no ambiente hospitalar, como instrumento da educação inclusiva. A análise da literatura atual sinaliza a insatisfação de autores nacionais e internacionais, com relação aos paradigmas que predominam no processo de inclusão e, no que se refere ao direito de todos a escolarização. Estes princípios em parte não são postos em prática. Pretende-se reforçar o direito ao acesso a escola para todos, consideramos que esta tem o dever de se adequar aos interesses e necessidades de cada indivíduo, estando ele hospitalizado ou não. As divergências que envolvem as discussões relacionadas à Educação se estabelecem ao considerar a Educação Especial como capítulo à parte da Educação considerada geral. Este texto na intenção de esclarecer esta questão, primeiramente propõe uma discussão conceitual e histórica da Educação inclusiva, nesta discussão aparece um modelo pedagógico calcado numa visão socioantropológica da educação, que substitui a visão que estabelece a categoria de aluno "deficiente e incompleto" pela de alunos que apresentam diferenças individuais.

Outro fator de discussão se refere à construção da prática pedagógica, sob o aspecto da qualidade de formação do professor/pedagogo, que pode estar calcada em baixas expectativas com relação à potencialidade das crianças. A ênfase atribuída às diferenças individuais faz com que a proposta inclusiva/integradora estimule a ação pedagógica centrada na aprendizagem dos alunos e na escuta pedagógica, em substituição aos procedimentos tradicionais centrados no professor como o único profissional do ensino, no sentido de ser o grande e único ator e autor do processo de ensino aprendizagem.

A proposta de uma Educação inclusiva/integradora exige comprometimento com a filosofia da educação que permeia o projeto político pedagógico, o modelo de gestão, o currículo da escola e a prática do professor/pedagogo, que deve ser especialista em alunos, quaisquer que sejam. Devemos considerar a educação

escolar como alicerce de transformação social, que amplia conceitos de cidadania, saúde e cultura, faz-se necessário que todo o corpo profissional esteja atendo a diversidade cultural, sendo capaz de oferecer oportunidades de atendimento educacional que respeite as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno.

Diante do paradigma da educação inclusiva/integradora revisam-se conceitos pré-estabelecidos e reforça-se a urgência de ampliar os debates em todas as instâncias da sociedade, embasando-se em bibliografias especializadas e na legislação relacionada à Educação, com o objetivo de fomentar a importância da classe hospitalar no ambiente hospitalar e a discussão a cerca do desenvolvimento infantil, reforçando o significado do trabalho dessa modalidade de ensino no âmbito sócio-político.

A ampliação do debate sobre classes hospitalares nos cursos de formação de professores/pedagogos pode iniciar mudanças significativas na compreensão do termo inclusão, no seu mais amplo sentido, respeitando o direito à Educação de crianças e jovens hospitalizados.

Esta produção textual se justifica pelo seu objetivo de considerar a educação e saúde como direito de todos, sendo necessário oferecer aos profissionais da educação subsídios teóricos e práticos, permitindo-lhes tanto uma reflexão sobre o redesenho da escola de acordo com este novo paradigma da inclusão/integração, como um melhor desempenho de sua atividade docente. Portanto, para corroborar os objetivos desta pesquisa, busca-se analisar conteúdos relacionados à conceituação histórica da Educação Especial; a conceituação das classes hospitalares; as correntes teóricas de concepção infantil que exercem influência na prática pedagógica; a formação do professor/pedagogo e a legislação, os movimentos nacionais e internacionais em prol de uma sociedade inclusiva.

Acredita-se que esta monografia possa fazer uma reflexão sobre as formas de se minimizar a dificuldade enfrentada pela Educação, qual seja, a formação de recursos humanos, intimamente ligada à vontade política e à consciência da sociedade, no sentido de garantir os direitos de que a criança hospitalizada, como

todas as outras, possa dispor de um atendimento que corresponda ao seu desenvolvimento e aprendizagem.

Observa-se hoje, ainda, atitudes que continuam sendo reflexo de uma história que foi sempre marcada pela discriminação. No entanto, vive-se no campo da Educação, um momento de mudanças estruturais, no qual se desloca das deficiências ou inaptações do indivíduo para a valorização de suas potencialidades, oferecendo-lhes meios de desenvolvê-las ao máximo.

## Capítulo 1

### 1- A concepção de Educação Inclusiva/Especial

A Educação Especial durante toda a sua evolução histórica passou por diversas transformações, atualmente existe uma vertente que discute a segregação entre Educação geral e Educação Especial. Observa-se na produção de vários autores o combate a segregação social, este tema vem sendo debatido ao longo de muito tempo como forma de amenizar, se possível, erradicar a discriminação e o preconceito gerado em torno de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. Esta mudança consiste em rever conceitos políticos, sociais, culturais, éticos e estéticos. A Educação não é estática, está em constante evolução, segue a conceituação cultural de cada época, portanto a reflexão e a prática não se separaram no contexto educacional, Edler (2004) afirma que "se por um lado, à teoria educacional cabe 'pensar' a educação, por outro lado tem como missão subsidiar a prática, pois a relação entre teoria e prática deve ser indissociável" (Edler, 2004, p. 19).

Nessa perspectiva, reconhece-se que a constante produção textual relacionada à Educação Especial busca reforçar novas propostas de repensar a prática pedagógica com as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, cabe ressaltar que qualquer indivíduo em um determinado momento possa necessitar de atendimento pedagógico especializado, sendo assim, os conhecimentos nunca são exatos ou específicos quando se fala em Educação. Nossa sociedade, atualmente, está inserida em um contexto de concepções filosóficas voltas para produção e esse modelo capitalista acelera o ritmo das transformações sociais, este fato é caracterizado por Jean-Claude Forquin (1993) citado por Edler (2004) afirmando que

o mundo muda sem cessar: eis aí certamente uma velha banalidade. Mas para aqueles que analisam o mundo atual, alguma coisa de radicalmente novo surgiu, alguma coisa mudou na própria mudança: é a rapidez e a aceleração perpétua de seu ritmo, e é também o fato de que ela se tenha tornado um valor

enquanto tal, e talvez o valor supremo, o próprio princípio de avaliação de todas as coisas (Forquin apud Edler, 2004, p. 19).

Neste contexto complexo de sociedade, presencia-se uma visão de consumo rápido e imediato, em que tudo é instantâneo, desde os objetos até as pessoas. Essa lógica de mercado capitalista, materialista e mutável que invade as produções acadêmicas e os padrões éticos de nosso país, reflete um modelo histórico e uma conceituação filosófica, relacionados à Educação, prejudicando profissionais que estão sempre produzindo além de seus conhecimentos, sem subsídios necessários para uma efetiva reflexão, Fontes (2004) afirma que, "a qualificação da educação como mercadoria ganha espaço nesta sociedade do consumo e arrasta consigo um forte arcabouço ideológico que desqualifica as pessoas" (Fontes, 2004, p.273). A sociedade contemporânea se distancia da observação e da reflexão sistemática da produção cultural/educacional, reproduzindo um modelo tradicional em compensação a "falta tempo".

*mal escrita  
bibliografia*

A segregação da Educação tem base na história, que por longos anos nada teve de inclusiva/integradora, a criança que tinha alguma deficiência ou até mesmo aqueles que não nasciam livres, na cultura grega da antiguidade, eram excluídos do processo educativo. Portanto, a exclusão não se aplica somente ao se falar de deficiência, mas em todas as situações que de alguma forma, separa ou impede os indivíduos de terem acesso a Educação, fala-se neste âmbito mais abrangente ao se conceber que a Educação não ocorre somente na escola, mas em todas as relações sociais. Uma vez mais citando a Edler (2004):

As externalidades de um mundo no qual a educação é concebida como bem de investimento, com vistas ao consumo, evidenciam a urgência das discussões sobre inclusão, independente de que os protagonistas sejam os portadores de deficiência, ou outros, igualmente marginalizados (p.27).

O paradigma da exclusão tem origens remotas no processo de concepção da sociedade. A retrospectiva histórica com base na filosofia e em correntes teóricas sobre o pensamento educacional, contribui para nortear, avaliar, compreender e conceituar a Educação Especial como parte de todo o processo de construção social.

## 1.1 A integração/inclusão e exclusão

Conceituar integração, inclusão e exclusão é um dos pontos mais polêmicos ao se discutir o paradigma da educação, pois são termos amplos, que se relacionam a diversas situações e podem ser interpretados de maneira superficial, principalmente sob o enfoque educacional. A integração e a inclusão são processos que se relacionam diretamente com as interações interpessoais. O envolvimento dos professores, da família e da escola nas discussões pode ser uma forma de ampliar o entendimento desses conceitos, que geralmente, são associados somente as pessoas com necessidades especiais, esquecendo-se de todas as minorias que, de alguma forma, são excluídas do processo educacional e social. Portanto, ampliar o ponto de vista educacional, segundo a SEED (1999), requer entender a integração como:

um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto de relações, o que determina a sua interação com diversos grupos sociais. Integração implica reciprocidade. Sob o enfoque escolar, é um processo gradual e dinâmico que pode adotar formas diferentes de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos (SEED, 1999, P.35).

Atualmente as discussões sobre o processo de inclusão estão focadas no combate da concepção da educação como bem de consumo, onde os protagonistas com necessidades educacionais ou os excluídos do processo educativo, são cobrados por sua produção. A educação inclusiva tem sido conceituada:

como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes do ensino comum, alunos ditos normais com alunos-portadores ou não de deficiências que apresentem necessidades educacionais especiais (SEED, 1999, P.38).

A educação não se desenvolve de forma igual, moldada, cada pessoa tem características diferentes que vão influenciar o seu processo educativo. As turmas são heterogêneas em qualquer modalidade da educação, esta é uma das maiores oportunidades de se conviver com as diferenças e se desenvolver com consciência que a solidariedade e a igualdade de direitos pressupõe o modelo de

educação para todos. Não basta incluir há que se integrar todas as crianças, jovens, professores, com a comunidade, a cultura da exclusão deve ser erradicada da sociedade.

O Referencial Curricular para a Educação Infantil – Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais (2000), destaca que os dois conceitos que permeiam o cotidiano escolar referem-se à integração e à inclusão:

o primeiro compreende o sentido de incorporação gradativa em escolas regulares, podendo o aluno permanecer parte do tempo em escolas ou classes especiais e sala de recursos. O segundo, da inclusão, é definido por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno (Referencial Curricular para a Educação Infantil, 2000, P. 9).

Esta abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com um currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ações mediadoras nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência. Diante de tantas observações é preciso ressaltar que, geralmente, os professores alegam em seus discursos a falta de subsídios teóricos e práticos para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais. Alguns destes problemas podem ser observados desde a sua formação, pois esta não aborda aspectos específicos da educação especial, no entanto, esta deficiência da forma inicial não pode ser uma barreira para re-significar a prática pedagógica e buscar novas perspectivas para auxiliar o processo de inclusão/integração. Nesse sentido, a inclusão deve ter como objetivo o desenvolvimento do respeito às diferenças, do sentimento de cooperação e de solidariedade. Recorrendo uma vez mais as Diretrizes (2001), destacamos a

Inclusão: postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou característica pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não ser aceita como desejada. Trata-se, portanto de uma educação escolar que, em suas especificidades e em todos os momentos, deve estar voltada para a prática da

cidadania, em uma instituição escolar dinâmica, que valorize e respeite as diferenças dos alunos (P.40).

Os benefícios da inclusão auxiliam os processos de socialização das crianças independentes das suas condições físicas, psicológicas, sociais e culturais. A filosofia de ação conjunta dos sistemas de Educação, Saúde e Assistência Social é uma forma dos gestores assegurarem a atenção integral da criança por toda a educação básica. A orientação por um processo de integração das crianças tem base na evolução de conceitos vistos anteriormente e dos processos científicos e tecnológicos, que influenciaram a educação.

A proposta de educação inclusiva pressupõe considerar a integração como processo interativo que permeia o processo inclusivo, esta concepção deve ser conceitual e prática. Pode-se dizer que a integração educacional é um processo de interação entre o educando, os professores, a família, a equipe administrativa e os demais segmentos da sociedade, esse processo de interação está interligado a inclusão. Esta visão conceitual e prática baseia-se nas concepções teóricas de uma abordagem crítica da realidade, onde o pensar sobre a inclusão implica na discussão sobre a realidade do trabalho pedagógico. A análise de Gadotti citado por Edler (2004), considera elementos importantes para a compreensão deste contexto,

dentro dessa perspectiva já surgem sistematizações teóricas novas que não aniquilam as experiências passadas no campo educacional, mas traduzem um discurso novo, superando o "conteudismo e o politicismo": é a criação de uma escola oniforme (não uniforme), crítica e participativa, autônoma, espaço de um sadio pluralismo de idéias onde o ensino não se confunde com o consumo de idéias. Essa escola única e popular não seria a escola padronizada e doutrinadora, como na concepção burguesa onde o objetivo era disciplinação da classe trabalhadora e a formação de dirigentes da classe dominante. Essa escola busca o desenvolvimento onilateral de todas as potencialidades humanas, hoje possível graças a concorrência de muitos meios dentro e fora da escola, mas ainda possibilitando apenas a uma minoria ( Gadotti apud Edler, 2004, p.277).

## **1. 2 Terminologia específica da Educação Especial**

Durante a primeira metade do século XX o conceito de deficiência, diminuição ou incapacidade incluía as características de inatismo e estabilidade ao

longo do tempo. Pesquisadores acreditavam que a deficiência teria causas basicamente orgânicas produzidas no início do desenvolvimento, sendo dificilmente modificadas posteriormente. Esta concepção impulsionou um grande número de estudos que consideravam a deficiência como um distúrbio inerente à criança, com poucas possibilidades de intervenção (Quadro 1). Podemos observar o quadro de categorias de handicap, adaptado de S. Tomlison (1982) que carregava uma perspectiva determinista de desenvolvimento, sobre a qual se baseava qualquer tipo de aprendizagem (Coll, 1995).

**Quadro 1. Categorias de Handicap**

1886	1899	1913	1945	1962	1970	1981
Idiota	Idiota	Idiota	Subnormal Grave	Subnormal Grave	Subnormal Educável	Criança com dificuldade de aprendizagem
Imbecil	Imbecil	Imbecil				
		Imbecil moral		Psicopata		
	Cego	Cego	Cego		Cego	Cego
			Ambliope		Ambliope	Ambliope
	Surdo	Surdo	Surdo		Surdo	Surdo
			Hipoacúsico	Hipoacúsico	Hipoacúsico	Hipoacúsico
	Epilético	Epilético	Epilético		Epilético	Epilético
	Deficiente	Deficiente Mental	Subnormal Educável		Subnormal Educável (leve ou moderado)	Criança com dificuldade de aprendizagem (Leve ou moderado)
			Inadaptado		Inadaptado	Inadaptado
					Necessidades Educacionais Especiais	Alterado
		Deficiente Físico	Limitado Fisicamente		Limitado Fisicamente	Limitado Fisicamente
			Defeito na fala		Defeito na fala	Defeito na fala
			Delicado Diabético	Delicado	Delicado	Delicado/Disléxico Autista

*(referência)*

O quadro ilustra as formas de definição, os estigmas e a fragmentação ao se detectar cada tipo de deficiência. Com o auxílio dos testes de inteligência e

posteriormente com a preocupação do desenvolvimento educacional algumas mudanças puderam ocorrer.

A concepção determinista incentivou o desenvolvimento dos testes de inteligência, que delimitavam os diferentes tipos de atraso mental e o início da atenção especial, separada da organização educacional regular. Nos anos 1940 e 1950 algumas mudanças começaram a ocorrer, as escolas de educação especial se expandiram e os testes de inteligência, que determinavam os níveis de atraso mental, passaram a observar as condições sociais e culturais. Novas concepções do campo da psicologia firmavam-se, dentre elas que a deficiência podia ser motivada pela ausência de estimulação adequada ou por processos de aprendizagem incorretos, os conceitos de adaptação social e aprendizagem incluíam-se nas definições do atraso intelectual, as possibilidades intervenção e a distinção das causas endógenas e exógenas na definição dos casos detectados, contribuíram para revisão do conceito de incurabilidade.

Entender a deficiência sob o aspecto educacional foi um processo de transformação que teve como principal avanço à mudança conceitual ao se utilizar o termo necessidades educacionais especiais em substituição ao termo deficiência. Esta nova concepção incentivou o início da integração educacional, influenciando na conceituação dos currículos, na formação dos professores, nos métodos de ensino e na administração escolar.

Os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) são aqueles, que durante o processo educacional, demonstram

dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, p. 44).

A adoção de terminologias específicas em relação à Educação Especial foi um movimento de várias entidades da sociedade para amenizar a utilização de termos pejorativos, que remetiam a concepções preconceituosas, implicando em mudanças significativas e ampliando a visão da escola para que esta atendesse a diversidade dos educandos, valorizando suas potencialidades.

O Referencial Curricular para a Educação Infantil – Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais, de 2000, define o aluno com necessidades educacionais especiais aquele que “por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas” (p.14). E reforça que a escola “encontra-se perante um desafio: conseguir que todos os alunos tenham acesso à aprendizagem básica, por meio da inclusão escolar de todas as crianças, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais” (p. 22).

Com o objetivo de eliminar a cultura da exclusão escolar e efetivar os propósitos e as ações referentes à educação de alunos com necessidades educacionais especiais, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), incentiva o uso de uma linguagem consensual, tendo base nos novos paradigmas de inclusão/integração, utilizando a seguinte definição:

Educação especial: Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, p. 39).

Entende-se que qualquer pessoa pode apresentar, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, sejam elas temporárias ou permanentes, é essencial ampliar o conceito de educação especial e esta nova abordagem pedagógica não delimita um público alvo, mas garante atenção especial a todos os alunos que, em qualquer etapa do seu processo educacional, necessitem dela para seu sucesso escolar e pessoal, propiciando a inclusão/integração de todos os educandos. Esta nova abordagem foi ratificada nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Dessa forma, a educação especial – agora concebida como o conjunto de conhecimentos, tecnologias, recursos humanos e materiais didáticos que devem atuar na relação pedagógica para assegurar resposta educativa de qualidade às necessidades educacionais especiais – continuará atendendo, com ênfase, os grupos citados. Entretanto, em consonância com a nova abordagem, deverá vincular suas ações cada vez mais à qualidade da relação pedagógica (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001 p.45).

A Educação especial não é um capítulo à parte da Educação, ela não se divide, a visão fragmentada reflete a falta de compromisso ético, político e social da estrutura democrática. Pensar a Educação Especial a partir de uma nova ótica é uma forma de barrar o preconceito e os estigmas carregados durante séculos por todas as pessoas que de alguma maneira necessitam de atenção especial no seu desenvolvimento.

O novo enfoque da educação inclui as crianças com diversos tipos de dificuldades, que podem ser relacionados à lentidão da compreensão da leitura, aos problemas de linguagem, distúrbios emocionais, a evasão escolar ou o isolamento social. Todos esses fatores podem ser influenciados por situações familiares, sociais, culturais, que podem interferir no processo de aprendizagem das crianças. Coll (1995) alerta para a seguinte questão, “é na escola, no processo de ensino-aprendizagem, onde, em alguns casos originam-se, em outros manifestam-se e em outros intensificam-se as diferentes situações problemáticas vividas pelos alunos”(Coll, 1995, p.12). Portanto antes de se definir o aluno dentro das categorias em que se distribuem as deficiências, é importante se observar às condições que possibilitam o seu desenvolvimento, como a formulação do currículo, o sistema de avaliação, os recursos educacionais disponíveis, a formação do professor e a suspensão das barreiras arquitetônicas. Essa perspectiva impulsiona as discussões sobre os processos de inclusão/integração e também a questão da exclusão.

## Capítulo II

### 2 – O Diferente e a Educação na história

Durante muito tempo o diferente foi considerado à margem da sociedade, a criança deficiente era atendida separadamente ou então era excluída do processo educativo, retratando os padrões de normalidade e culturais de cada época. O conceito que muda a terminologia de criança “deficiente”, “incapaz” para crianças com “necessidades educacionais especiais” surge somente no século XX, ampliando significativas perspectivas no campo educacional. Faremos um breve histórico a fim de conceituar a Educação no mundo.

Na antiguidade primitiva, a educação era voltada para o cotidiano e satisfação das necessidades. Todos eram alunos e todos eram educadores; a educação era igual para todos os homens. Na antiguidade clássica, o pensamento pedagógico grego destacou-se como singular avanço para época. Segundo a descrição de Edler (2004)

*A paidéia, (educação integral) incluía a formação do corpo e do espírito do homem, entendido como o sujeito do processo educativo, sendo que a importância conferida ao corpo era marcante em Esparta, enquanto que em Atenas, o objetivo da educação era o desenvolvimento do espírito, o intelecto (Edler, 2004, p.21).*

Cabe ressaltar que crianças nascidas com alguma deficiência na Grécia Antiga, em Roma e Esparta eram assassinadas ou abandonadas, pois as consideravam subumanas. Na cultura grega, apesar da sua grande representação e avanços identificados, educava-se somente homens livres, excluindo-se escravos, guerreiros.

Na Idade Média, a cultura clássica cedeu espaço ao advento do cristianismo e as idéias pedagógicas conciliaram a fé cristã com a cultura greco-romana, surge a crença de que as deficiências e deformidades são conseqüências

da ira de Deus e passa-se a ter uma certa tolerância com os deficientes, ficando impedido os assassinatos. Em sua obra Deficiência Mental: da Superstição à Ciência (1984), Isaias Pessotti relata que a primeira instituição para abrigar deficientes mentais surgiu na Bélgica, no século XIII . (“Evolução Histórica da Educação Especial: dos Primórdios até a Idade Média”, p.14, CEDERJ).

No final da Idade Média e início da Idade Moderna, a Inquisição Católica sacrificava os deficientes mentais, contrapondo a visão supersticiosa desse período, mas neste mesmo cenário houve inúmeros avanços no campo de pesquisa da deficiência. A Idade Moderna, influenciada por idéias iluministas, segundo Gadotti (1995) citado por Edler (2004, p. 22) caracterizou “o homem, mais interessado pela natureza, desenvolveu estudos de astronomia, de matemática, ao lado da técnica, das artes, da medicina, biologia, dentre outras áreas do conhecimento”. No começo do século XIX, na Europa e Estados Unidos cresce o número de pesquisadores e os primeiros movimentos que se dedicam à educação de deficientes, estas iniciativas são marcadas por uma ótica estereotipada e assistencialista, mas determina um grande avanço na concepção de Educação Especial:

Até o final desse século, encontravam-se na literatura diversas expressões para se referir ao atendimento educacional dos portadores de deficiência como Pedagogia dos anormais, Pedagogia teratológica, Pedagogia curativa ou terapêutica, Pedagogia da assistência social e Pedagogia emendativa (“Evolução Histórica da Educação Especial: dos Primórdios até a Idade Média”, p.23, CEDERJ).

Durante o século XX cresce, nos Estados Unidos, o movimento da eugenia que ajudou a aumentar o trato desumano das pessoas com deficiência, entre a década de 1900 a 1930, disseminava-se a idéia do deficiente como uma ameaça à civilização, esse ideal projetou um aumento de classes especiais em escolas públicas, com o objetivo de separar os “indesejados”. Segundo Chaves (1977) citado por Stainback (1999), as classes especiais “não surgiram por razões humanitárias, mas porque essas crianças eram indesejadas na sala de aula da escola pública regular” (p.30). Contrariando essa determinação nas décadas de 1950 e 1960, pais de alunos deficientes e a sociedade civil se organizam na luta contra a discriminação, fundando entidades de apoio ao deficiente e iniciando uma

luta por ações legais que garantiam a educação de qualidade para seus filhos. A iniciativa isolada de alguns grupos em prol de uma educação de qualidade para os deficientes marca o advento do século XX, e se expande por todo o mundo, influenciando diversos segmentos da sociedade. É neste mesmo período, na década de 60, que começa a ser utilizado o conceito “necessidades educacionais especiais”, como resposta a uma comissão especial solicitada pelo secretário de Educação do Reino Unido. O significado de aluno com necessidades educacionais especiais foi definido por Coll (1995) “isso quer dizer que o mesmo apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais para os colegas de sua idade” (p.11). Como afirma o autor essa definição se relaciona aos problemas de aprendizagem, que requer a mudança terminológica de deficiência dando ênfase às potencialidades de cada criança, outra vertente se relaciona aos recursos educacionais disponíveis, que se refere aos professores, ampliação do material didático e a adequação dos edifícios e supressão de barreiras arquitetônicas.

As práticas segregacionistas e a filosofia difundida, ao longo dos séculos, foram prejudiciais às pessoas com deficiência, para escolas e para sociedade em geral, a prática do atendimento educacional separado da sociedade fortaleceu os estigmas sociais e a rejeição. A extinção dessas práticas excludentes proporcionará oportunidades igualitárias a todas as crianças e jovens, contribuindo para a valorização da diversidade, o direito à cidadania e Educação para todos.

## **2.1 – Breve História da Exclusão na Educação Brasileira a partir do século XIX**

A partir do século XIX, os ideais iluministas inspiraram os projetos positivistas e socialistas, influenciando diretamente a educação brasileira. A corrente positivista retratava uma visão do papel do homem no mundo, com características segregacionistas e elitistas, defendia que cada indivíduo tem um determinado tipo de existência, cabendo as classes populares se conformar com a

sua condição. Esta forma de pensamento influenciou a elitização da educação e teve como consequência a exclusão de crianças do processo de escolarização. A ideologia do positivismo pode ser observada nas palavras de Émile Durkheim (1978) citado por Edler (2004):

Não podemos nem devemos nos dedicar, todos, ao mesmo gênero de vida: temos, segundo nossas aptidões, diferentes funções a preencher, e será nisso que nos coloquemos em harmonia com o trabalho que nos incube. Nem todos fomos feitos para refletir; será preciso que haja sempre homens de sensibilidade e homens de ação (Edler, 2004, p. 24).

Essa visão determinista permeava os interesses sociais e considerava o deficiente, como incapaz e incompetente, segregando-o da sociedade, mas no final do século XIX instalou-se uma importante discussão sobre as questões, da Educação Especial, no Brasil. Como na Europa e nos estados Unidos, surgiu no Brasil as primeiras instituições de atendimento aos deficientes, em geral cada instituição era especializada em uma deficiência. Kassir (1995) apresenta a abordagem da Educação Especial do Brasil, de acordo com a visão de Jannuzzi (1985)

A Educação Especial no Brasil sempre esteve caçada em duas vertentes, a médico-pedagógica (com grande influência das ciências médicas e biológicas) e a psicopedagógica (a partir dos testes de inteligência e da adequação de procedimentos para a educação dos deficientes mentais) (Kassar, 1995, p.24).

No Brasil, no século XIX, as instituições de atendimento educacional para crianças com necessidades educacionais especiais foram fundadas pelo Imperador D. Pedro II. O Instituto Benjamin Constant, fundado em 1854, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1857, elas são referência no atendimento educacional e de saúde por todo o Brasil. Houve inúmeras iniciativas de atendimento as crianças especiais entre 1930 a 1950, período que caracterizou a organização da sociedade civil em busca do atendimento de qualidade educacional, foram fundadas as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), as Sociedades Pestalozzis e o Lar-Escola São Francisco. Essa iniciativa da sociedade se estruturou devido à revolução científica internacional que influenciou o Brasil.

O interesse da sociedade pelas pessoas com deficiência começou a ser despertado, por volta do século XX, quando teve início uma série de publicações de trabalhos técnicos e científicos, em diferentes áreas. Os temas abordados incluíam desde a infância até o tratamento e a educação dos alunos anormais ("História da Educação Especial no Brasil até 1950", CEDERJ, p.36).

*referência*

No século XX, os movimentos pedagógicos socialista e escolanovista valorizaram as aptidões, a atividade da criança, a colocavam como centro do processo educacional, além de mostrar como a educação era parte intrínseca da sociedade. Mannheim (1972) apontou a importância do entrelaçamento entre a educação e a sociedade, pois

No processo, o indivíduo não incorpora a herança cultural da humanidade, reproduzindo as experiências adquiridas anteriormente, mas, olhando-as de forma crítica e construtiva, torna-se capaz de reorganizar seu comportamento e contribuir para a reconstrução social (Mannheim apud Edler, 2004, p. 24).

Os pensadores socialistas, de modo geral, combatiam os modelos educacionais conservadores da sociedade, exaltando uma visão que valorizava o educando como cidadão, um ser histórico, político e social. Portanto se fazia necessário oferecer Educação de qualidade, universalizar o acesso à escola a todos. Nesta perspectiva as primeiras classes hospitalares foram fundadas no Brasil buscando valorizar a cidadania, o acesso à saúde e à educação.

Em 1950, no Rio de Janeiro, foi criada a primeira classe hospitalar no Hospital Estadual Jesus, neste mesmo ano e em 1969, foram criadas duas classes especiais para deficientes, junto ao Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia. De acordo com Mazzotta (1999),

Essas classes funcionavam como classe hospitalar, ou ainda como modalidade "ensino hospitalar", onde cada professora tinha uma programação de atendimento individualizado aos alunos considerados pacientes do hospital (Mazzotta apud "História da Educação Especial no Brasil até 1950", CEDERJ, p.35).

A implementação das classes hospitalares marca um grande avanço no âmbito educacional, considerando-se o conjunto das minorias, portadores de deficiência ou não, refere-se à maioria das pessoas que vivem à margem do

processo político e social. Crianças e jovens que ou não têm acesso e não ingressam nas escolas ou que delas foram afastadas, independente de sua vontades no período de internação. Fonseca (2003) ratifica esta afirmação

o estar hospitalizada já caracteriza a criança como portadora de necessidades especiais, independente de ser esta necessidade temporária (uma doença que, se tratada, é curada) ou permanente (além da doença que acarretou a internação, a criança é portadora de síndrome de Down ou paralisia cerebral, por exemplo) (Fonseca, 2003, p.16).

O repensar histórico e social da Educação, no Brasil e no mundo redimensiona o papel da classe hospitalar no sistema de ensino. A educação numa democracia é o principal meio de instrumentalização do indivíduo para o exercício de suas funções na sociedade. Portanto, é necessário que as diretrizes norteadoras da política nacional de educação contemplem todos os alunos sem exceção.

Com base nos subsídios teóricos dessa retrospectiva histórica analisaremos a importância das classes hospitalares, mostrando como esta é uma proposta pedagógica fundamental para o processo de inclusão e, por isso, demanda uma formação de pedagogos com uma nova perspectiva.

## Capítulo III

### 3 – A Classe Hospitalar no Rio de Janeiro

Em 1950, no Rio de Janeiro, foi criada a primeira classe hospitalar no Hospital Estadual Jesus. Inicialmente o atendimento só era realizado nos leitos e no ano de 1960, por determinação do então Diretor do Departamento de Educação Primária, a classe passa a ser uma Unidade Escolar (UE), com lugar próprio para o atendimento pedagógico das crianças.

Conforme a direção do hospital mudava, passaram a ocorrer mudanças também na EU, no ano de 1990, a classe hospitalar passa a ser um anexo da escola próxima ao hospital.

As classes hospitalares caracterizam um atendimento pedagógico-educacional, oferecido para crianças e jovens hospitalizados. É uma modalidade de ensino da Educação Especial. O educador deve estar atento às especificidades de cada criança e estar sempre contando com o apoio de uma equipe interdisciplinar, as crianças atendidas por essa modalidade de ensino, podem ter uma deficiência ou estar acometidas por uma doença por um período determinado. Deve-se ressaltar a importância do atendimento pedagógico e educacional no tempo de internação dessas crianças. Assim, os objetivos principais das classes hospitalares são:

dar continuidade aos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos hospitalizados; contribuir para o retorno e reintegração da criança a seu grupo escolar; levar a criança a entender seu cotidiano hospitalar e não perder o seu vínculo com sua escola de origem (SEESP, 2001, p.52).

O Instituto Helena Antipoff (IHA) é o órgão da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro responsável pela implementação de ações e acompanhamento escolar dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais e da atualização profissional dos professores de ensino especial e

daqueles que possuem alunos integrados. Ele atua na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no programa de jovens e Adultos. Entre as principais metas do IHA estão: a inclusão social e escolar dos alunos. O atendimento se dá através de sala de recursos, professores itinerantes, escolas especiais, classes hospitalares e pólos de Educação Infantil. Sempre que possível estes jovens são integrados às classes comuns, tendo, também atendimento específico.

A Educação Especial no Município do Rio de Janeiro atende, atualmente, a aproximadamente 9 mil crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. São portadores de deficiência múltipla, física, visual, mental, surdez, condutas típicas de síndromes e altas habilidades.

O IHA define a classe hospitalar como modalidade de atendimento da Educação Especial que funciona em hospitais conveniados com a Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de adaptar o atendimento educacional para crianças e adolescentes internados, proporcionando o seu desenvolvimento e aprendizado.

A Secretaria de Educação Especial elaborou o documento "Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar: Estratégias e Orientações" (2002), que tem por objetivo informar aos sistemas de ensino e saúde os direitos educacionais dos alunos em situação especial. Oferecer subsídios para a organização de serviços pedagógicos em ambiente hospitalar e domiciliar, assim como fundamentar a atuação do professor que trabalha com crianças e jovens matriculados ou não no sistema de ensino, quando se encontrarem impossibilitados de frequentar a escola.

A SEESP (2002) denomina a classe hospitalar como

o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental (SEESP, 2002p.13).

A rede municipal do Rio de Janeiro é a primeira da América Latina a ter um Centro de Referência em Educação Especial, criado em 1996, o Centro produz

conhecimentos é confecciona recursos multissensoriais que contribuem para a atualização permanente dos professores e a aprendizagem dos alunos. Ele oferece em sua sede, no Maracanã, oficinas que ajudam os alunos portadores de necessidades educacionais especiais a constituírem novos conhecimentos. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, pode-se definir a classe hospitalar como

serviço destinado a prover, mediante atendimento especializado, a educação escolar a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, P.51).

O direito à educação se expressa como direito à aprendizagem e à escolarização, traduzido, fundamental e prioritariamente, pelo acesso à escola de educação básica, considerada como ensino obrigatório, de acordo com a Constituição Federal Brasileira.

Com relação à pessoa hospitalizada, o tratamento de saúde não envolve apenas os aspectos biológicos da tradicional assistência médica à enfermidade. A experiência de adoecimento e hospitalização implica mudar rotinas; separar-se de familiares, amigos e objetos significativos; sujeitar-se a procedimentos invasivos e dolorosos e, ainda, sofrer com a solidão e o medo da morte – uma realidade constante nos hospitais. Reorganizar a assistência hospitalar, para que dê conta desse conjunto de experiências, significa assegurar, entre outros cuidados, o acesso ao lazer, ao convívio com o meio externo, às informações sobre seu processo de adoecimento, cuidados terapêuticos e ao exercício intelectual.

No tratamento ambulatorial, os mesmos aspectos de assistência integral devem ser respeitados e atendidos, dado que a experiência de adoecimento ou sofrimento psíquico implica não só restrições à própria autonomia, como a produção de um “novo andamento da vida” ou seja, novas expectativas e projetos de vida.

Na impossibilidade de freqüência à escola, durante o período sob tratamento de saúde ou de assistência psicossocial, as pessoas necessitam de

formas alternativas de organização e oferta de ensino de modo a cumprir com os direitos à educação e à saúde, tal como definidos na Lei e demandados pelo direito à vida em sociedade. Esta atenção também diz respeito ao paradigma de inclusão e contribui para com a humanização da assistência hospitalar.

### **3.1 – Pressupostos e Estratégias das Classes Hospitalares**

A Direção do Instituto Helena Antipoff elaborou um documento com algumas considerações importantes sobre as classes hospitalares, que servem de referência para o atendimento educacional. O processo de abertura de uma Classe Hospitalar ocorre a partir de um convênio estabelecido entre a Secretaria Municipal de Educação e o Hospital que solicitar por escrito em um documento a abertura dessa modalidade de atendimento. Os hospitais que poderão ser beneficiados devem ser da rede pública, municipal, estadual ou federal, bem como os hospitais considerados de caráter filantrópico, o espaço físico destinado às classes hospitalares deverá ser oferecido pelo hospital e avaliado pelas equipes da E/CRE e do IHA, que verificarão a viabilidade da utilização pela Classe (Quadro 2).

O atendimento pedagógico proposto nesta modalidade de atendimento poderá contemplar crianças e jovens na faixa etária correspondente a Educação Infantil e Ensino Fundamental que estejam internadas nas enfermarias do hospital ou que recebem atendimento ambulatorial sistemático ou permanente que os impeça de estarem matriculados e freqüentando regularmente uma escola regular sem prejuízo de sua escolaridade. Os alunos poderão ser atendidos no espaço de sala de aula, com autorização da equipe médica ou caso necessário ser realizado no leito. Segundo a SEESP (2002)

Cumpra às classes hospitalares elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de freqüentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral (SEESP, 2002, p.13).

O atendimento pedagógico em sala de aula poderá ocorrer reunindo os alunos de várias idades por agrupamento, exigindo do professor um trabalho diversificado para o atendimento das necessidades educacionais especiais de cada aluno. A frequência e o tempo de permanência diária dos alunos estão relacionados a sua condição clínica e ao tipo de atendimento que recebe no hospital.

Cada Classe Hospitalar é vinculada a uma unidade escolar próxima ao hospital, que é definida pela E/CRE e a equipe de acompanhamento do IHA.

Quadro 2. Relação de Classes Hospitalares no Município do Rio de Janeiro		
Coordenadoria Regional de Educação (CRE)	Nome da Classe	Escola de Referência
1ª CRE	Classe Hospitalar dos Servidores do Estado	Escola Municipal Vicente Licínio
	Classe Hospitalar Hemorio	Escola Municipal Celestino da Silva
	Classe Hospitalar Inca	Escola Municipal Guatemala
2ª CRE	Classe Hospitalar Jesus	Escola Municipal General Humberto de Souza Mello
	Classe Hospitalar São Zacarias	Escola Municipal Francisco Alves
	Classe de Cooperação Casa Ronald Mc Donald	Escola Municipal Benedito Ottoni
4ª CRE	Classe Hospitalar Bonsucesso	Escola Municipal Ruy Barbosa
	Classe Hospitalar Martagão Gesteira	Escola Municipal Tenente Antônio João
7ª CRE	Classe Hospitalar Municipal Cardoso Fontes	Escola Municipal Compositor Luiz Gonzaga

Fonte: IHA

### **3.2 - O professor da Classe Hospitalar**

O professor da classe hospitalar deve atuar como mediador das interações entre a criança e o ambiente hospitalar. Na sua preparação para atuar nesta modalidade de ensino deve-se incluir conhecimentos sobre doenças e a rotina das enfermarias, atuando de forma importante junto ao desenvolvimento, à aprendizagem e ao resgate da saúde pela criança hospitalizada. Conforme destaca Wiles (1987) citado por Fonseca (2003)

A função do professor da escola hospitalar não é apenas a de manter as crianças ocupadas. O professor está lá para estimulá-las através do uso de seu conhecimento das necessidades curriculares de cada criança (Wiles apud Fonseca, 2003, p.25).

Cabe ao professor utilizar estratégias que vão favorecer o processo de ensino-aprendizagem, embasando-se no desenvolvimento e experiências vivenciadas das crianças. A capacitação adequada dos professores auxiliará a sua prática, que deverá ser voltada para as referências subjetivas das crianças, bem como a atenção ao planejamento flexível às necessidades das crianças hospitalizadas.

A formação docente deve centrar-se na perspectiva do trabalho pedagógico que inclua a aprendizagem de todas as habilidades e estratégias para planejar favoravelmente o trabalho em aula, as programações específicas, as adaptações curriculares, a metodologia, a organização da classe, a avaliação, as técnicas de trabalho em grupo, diferentes estratégias de intervenção em função das necessidades de aprendizagem de cada aluno. O desafio dos professores está em colocar em prática a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, e propiciar o desenvolvimento e a aprendizagem de forma eficaz que atenda as especificidades de cada criança.

O papel do professor não deve se limitar somente às atividades com os alunos. O trabalho deve estar coordenado com outros profissionais do ambiente hospitalar, com a equipe da escola de referência e também com a família das crianças, formando um elo entre a vida cotidiana e escolar que envolve as crianças.

A visão inclusiva da sociedade passa exigir dos professores conhecimentos além daqueles que recebem nos seus cursos de formação. A urgência de uma reforma nos cursos de formação de pedagogos/professores, que necessitam de subsídios para identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos portadores ou não de deficiência.

A educação básica tem como meta principal satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem cada criança, incentivando-as a aprender e a desenvolver seu potencial, a partir de sua realidade particular. Esta meta requer do professor maior sensibilidade e o pensamento crítico a respeito da sua prática pedagógica. Esta prática pedagógica deve ter como objetivo a autonomia intelectual, moral e social de seus alunos.

Os cursos de formação de professores deveriam criar uma consciência crítica sobre a realidade de atuação dos professores e oferecer uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz, concordando com a política educacional brasileira vigente que prevê a inclusão/integração dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e, também, nas modalidades de educação Especial para atender todas as necessidades educativas.

É importante ressaltar que a formação de profissionais de educação deverá estar de acordo com os fundamentos previstos no capítulo VI da Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando. Esta mesma Lei prevê, no capítulo V (Da Educação Especial), que os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos por professores com especialização adequada, de nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do

ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

A portaria nº 1.793/94 do MEC recomenda a inclusão da disciplina "Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais", prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia, em todas as Licenciaturas. Recomenda ainda, a inclusão de conteúdos relativos à disciplina acima citada nos cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional e Serviço Social.

Observa-se que o papel pedagógico-educacional do professor da classe hospitalar não é isolado, ele transita com os demais profissionais do hospital, auxiliando-os em suas percepções e nas decisões para a efetividade das intervenções junto aos pacientes e seus familiares. Segundo Fonseca (2003)

o ambiente hospitalar é para o professor uma fonte de aprendizagem constante por meio de escuta às informações de vida da criança com o seu conteúdo de representação da doença, do tratamento, da hospitalização e da equipe de saúde. Isto leva o professor a aperfeiçoar a assistência, de maneira a tomar a experiência da hospitalização um aspecto positivo para o crescimento e desenvolvimento da criança (Fonseca, 2003, p. 31).

O planejamento da ação educativa necessita ser participativo, isto é, envolvendo os educadores da classe hospitalar e da escola de referência. Os professores devem participar de todas as ações, opinando e discutindo sobre o planejamento, suas fases de elaboração, execução e avaliação. O professor da classe hospitalar é parte integrante da equipe escolar.

Os professores das classes hospitalares, do município do Rio de Janeiro, trabalham cinco dias semanais com carga horária diária de 4h e 30 minutos, esta independe da frequência dos alunos. Cabe ao professor registrar diariamente o nome dos alunos atendidos, bem como o trabalho pedagógico realizado com os alunos. Os professores são ligados administrativamente a escola de referência, estando diretamente ligados a ela durante todo o tempo em que estiverem requisitados para exercer essa função e são supervisionados pela equipe do IHA e da E/CRE.

A oportunidade dos professores socializarem o seu saber junto aos outros profissionais da equipe pode contribuir para a melhoria da qualidade de ensino oferecido e possibilitar o envolvimento desta equipe na busca de alternativas que minimizem as diferenças entre os alunos com deficiências e os demais, que podem estar acometidos por uma doença. A interação entre professores de classes especiais e regulares corrobora para o entendimento de uma educação inclusiva e integradora, onde os alunos se desenvolvem por diferentes meios de aprendizagem e, por isso, às vezes utilizam caminhos que o próprio professor desconhece.

### **3.3 – O Planejamento e o currículo escolar**

O planejamento escolar incorpora elementos teóricos relativos à visão de desenvolvimento e a conceituação de educação, ou seja, como a escola encara as diferenças individuais. Este planejamento envolve um consenso em relação ao processo de identificação e avaliação das necessidades educacionais especiais e diferenças individuais. Ao se considerar uma proposta curricular diversificada, que substitua a concepção homogeneizadora do currículo, agregam-se auxílios pedagógicos que os alunos possam necessitar para se concentrar em um conjunto de atividades de ensino e aprendizagem que podem apresentar diferenças em relação às de seus colegas.

Os aspectos técnico-pedagógicos devem ser ressaltados por atitudes favoráveis de toda comunidade educacional, baseada na aceitação de valores de uma escola democrática, na solidariedade e no respeito pelas diferenças individuais.

A vinculação entre o planejamento e o currículo escolar pode ser constituída pela definição de currículo proposta por Coll (1986):

A elaboração curricular é a explicitação do projeto que preside e guia as atividades educacionais escolares, precisando as intenções que encontram em sua origem e proporcionando orientações sobre o plano de ação, para leva-las

a cabo. Com este propósito, a elaboração inclui informações sobre o que, quando e como ensinar e avaliar (Coll, 1986, p.24).

A prática docente na classe hospitalar pode ser focada nos objetivos e vinculada aos conteúdos a desenvolver, mas também deve adequar-se às necessidades e interesses dos alunos, prevendo uma série de possíveis alternativas a fim de que qualquer que seja a situação que ocorra na sala de aula possa ser aproveitada, provocando mudanças no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Alguns documentos fornecem subsídios para a elaboração do planejamento de forma geral e para atividades a serem desenvolvidas com cada aluno na sala de aula. Publicações como o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (MEC, 1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1997), contribuem para o acompanhamento pedagógico-educacional da classe hospitalar.

A Secretaria de Educação Especial (2002) recomenda a utilização de recursos audiovisuais para auxiliar o atendimento educacional das classes hospitalares. Tais recursos se fazem essenciais tanto ao planejamento, desenvolvimento e avaliação do trabalho pedagógico, quanto para o contato efetivo da classe hospitalar, seja com a escola de origem do educando, seja com o sistema de ensino responsável por prover e garantir seu acesso escolar. Da mesma forma, a disponibilidade desses recursos propiciará as condições mínimas para que o educando mantenha contato com colegas e professores de sua escola, quando for o caso.

O currículo pode ser entendido como o conjunto de ações que a escola formaliza em consonância com o projeto pedagógico, o processo educativo assim norteado pode ser o mesmo para todos os alunos, com a devida atenção às diferenças individuais.

### **3.4 – A Educação como Direito de todos**

A Educação como direito de todos os brasileiros foi estabelecida na Constituição Federal de 1824, na época do Império brasileiro, direitos que foram reforçados pelas Constituições de 1934, 1937 e 1946.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do homem, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, afirma o princípio da não-discriminação, proclama o direito de toda pessoa à educação, o respeito à igualdade de direitos, à dignidade humana, à liberdade de pensamento e de escolha de todos os homens. Esta iniciativa reforçou o direito de todas as pessoas, sejam deficientes ou não, e o combate à falta de informações, os preconceitos e os estigmas que assolavam a população com uma alguma deficiência foi um dos grupos mais representados. Embora nas últimas décadas tenham evoluído os meios de integração social, ainda constam inúmeros casos de práticas discriminatórias, que ocorrem no convívio social, no acesso e usufruto de bens e serviços disponíveis da sociedade. Podemos comprovar este fato ao examinarmos as notícias de nossos jornais, são inúmeras as crianças que não tem acesso à escola, ao esporte e ao lazer, pessoas que não tem como se locomover, por falta de transporte adequado ou por barreiras arquitetônicas que impedem sua passagem, locais que não tem a menor infra-estrutura de saneamento básico e atendimento médico. Como vimos às leis tem que ser cumpridas para atender a toda sociedade e não um grupo determinado.

Em 21 de abril de 1959, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, assegurando, o direito à educação gratuita e obrigatória, ao menos em nível elementar e em seu princípio 5º garante a pessoa

portadora de deficiência o recebimento de educação, tratamento e cuidados especiais.

A atual Constituição de 1988, no Art. 205 consagra a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família. O Art. 206 garante o ensino ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Art. 208 destaca o dever do Estado com a Educação, efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; e o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), garante o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. O Art. 7º garante a criança e o adolescente o direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Em 1990, na Tailândia, ocorreu a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos que foi um marco para internacional para o campo educacional e constatou a persistência de dificuldades de acesso relacionadas à garantia do direito a educação. Esta conferência destacou os portadores de deficiência como cidadãos comuns ao se propor que o acesso à educação com equidade seja universalizado a todos e cidadãos peculiares ao explicitar-se que é preciso garantir-lhes igualdade de acesso à educação como parte integrante do sistema educativo, independente do tipo de deficiência que possuam.

Em 20 de dezembro de 1993, em Assembléia Geral das Nações Unidas, pela resolução nº 48/96, as Normas Uniformes sobre a Linguagem de Oportunidades para a Pessoa Portadora de Deficiência. As normas não têm efeito compulsório, mas destacam as obrigações do Estado no sentido de apoiar medidas que garantam a igualdade de oportunidades, e tem como objetivo assegurar que as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos e obrigações das demais. Portanto as Normas Uniformes revisam os conceitos de

incapacidade e deficiência e utiliza três conceitos básicos de prevenção, reabilitação e conquista de igualdade de oportunidades.

Em 1994, a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, na Espanha, teve o objetivo de promover a educação para todos, analisando as mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas a atenderem a todas as crianças, sobretudo às que têm necessidades educativas especiais. Os princípios político e ideológico desta declaração têm como pressupostos a perspectiva de uma educação inclusiva, onde todo indivíduo tem direito a participação social, em busca da realização total da democracia. A SEED (1999) destaca a proposta educacional debatida:

A proposta inovadora de educação inclusiva deve ser analisada com base no contexto político, econômico, social e educacional brasileiro, sem que se esqueça que, num mundo globalizado, muitas vezes ocorre a tendência ao decalque, ou seja, a importação de conceitos e práticas que, em vez de possibilitarem um avanço, uma alternativa, acabam por se tornar mais uma experiência frustrada (SEED, 1999, p.29).

A resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, se refere aos Direitos da Criança e Adolescente Hospitalizados. Esta Resolução, chancelada pelo Ministério da Justiça, estende o direito à proteção integral da infância e adolescência nos eventos de hospitalização. Os Direitos da Criança e Adolescente Hospitalizados estão baseados na Constituição Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual a garantia de prioridade às crianças compreende: a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Esta declaração é voltada para a prestação de cuidados de saúde no hospital e para o efetivo exercício desses direitos, para o benefício tanto para os pacientes, quanto para os profissionais, que tem o compromisso de prestar

atenção integral a essas crianças e adolescente. Entende-se por atenção integral o tratamento médico que preserva o crescimento e desenvolvimento da criança e adolescente, acolhendo-os com respeito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), ressalta em suas linhas as regulamentações da Constituição Nacional. O art. 1º da LDB concebe a educação que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. O art. 3º estabelece o ensino ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) formam referências para guiar a educação dos alunos do Ensino Fundamental e Médio. Os seus pressupostos, objetivos e indicações consideram questões pedagógicas, que admitem a pluralidade de concepções pedagógicas e do fazer educativo, de forma a atender à diversidade dos alunos na escola e às particularidades da cultura.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº. 10.172/01) estabelece vinte e sete objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Sinteticamente, essas metas tratam: do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, inclusive em parceria com as áreas de saúde e assistência social, visando à ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos; das ações preventivas nas áreas visual e auditiva até a generalização do atendimento aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental; do atendimento extraordinário em

classes e escolas especiais ao atendimento preferencial na rede regular de ensino; e da educação continuada dos professores que estão em exercício à formação em instituições de ensino superior.

O Referencial Curricular para a Educação Infantil – Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais (2000) foi concebido para ser utilizado como um guia de reflexão que possa servir de base para a ação educativa dos profissionais que atuam junto a crianças com necessidades especiais na Educação Infantil, respeitando a especificidade de cada criança, a diversidade cultural do País e implementar o paradigma da inclusão dessas crianças nos seis primeiros anos de vida. Com esse documento, o Ministério da Educação pretende redimensionar o atendimento especializado oferecido a essas crianças, mediante atualização de conceitos, princípios e estratégias; orientar e apoiar o atendimento educacional em creche e pré-escola, por meio do esforço conjunto dos gestores das políticas de educação, saúde e assistência social.

As estratégias e orientações para a Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar (2002) têm por objetivo informar aos sistemas de ensino e saúde os direitos educacionais dos alunos em situação especial. Oferecer subsídios para a organização de serviços pedagógicos em ambiente hospitalar e domiciliar, assim como fundamentar a atuação do professor que trabalha com crianças e jovens matriculados ou não no sistema de ensino, quando se encontrarem impossibilitados de freqüentar a escola. A parceria estabelecida entre as áreas da Educação, da Saúde e da Assistência Social se torna imprescindível para a construção de propostas educativas que melhor respondam às necessidades específicas das crianças e de seus familiares nas diferentes regiões do país.

Saber o que relata cada um dos documentos, estratégias e leis, cuja discussão nacional e internacional tem sido cada vez mais ampla, faz parte do compromisso de cada educador que desempenha um papel pedagógico e político na sociedade, elementos que representam marcos históricos e teóricos da educação.

Os dispositivos legais e político-filosóficos possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais, de modo que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo. Nesse sentido, tais dispositivos devem converter-se em um compromisso ético, político e pedagógicos nas diferentes esferas de poder e em responsabilidades bem definidas para sua operacionalização na realidade escolar. Estes subsídios fomentam a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sem discriminação, em contraponto da formação econômica e social brasileira, que exige cada vez mais a produtividade, a competição e a eficiência. A lógica capitalista de certa forma exclui os investimentos na educação das crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, ao considerar-se o retorno de seu aprendizado mais lento.

A iniciativa social por uma educação democrática faz parte da implementação de políticas e práticas de ensino que forma o alicerce da inclusão e construção da cidadania, traduzindo-se em uma educação de qualidade para todos, valorizando a diversidade, o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral de todas as crianças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornar acessível às informações sobre a modalidade de atendimento educacional no ambiente hospitalar é um dos objetivos deste texto que, embora revisto e ratificado legalmente, não é conhecido em alguns meios acadêmicos, escolares e de saúde.

A classe hospitalar, como atendimento pedagógico educacional, deve apoiar-se em propostas educativas e escolares. Estas propostas implicam uma regularidade e uma responsabilidade com a aprendizagem formal das crianças, um atendimento que inclua a participação dos pais e da escola de origem de cada criança.

Tal enfoque requer objetiva atender as necessidades pedagógico-educacionais da criança hospitalizada, operando com o desenvolvimento psíquico e cognitivo representados pelo adoecimento e pelo ambiente hospitalar, que influenciam na produção do aprendizado.

O professor em sua prática pedagógica diária, visa dar continuidade do ensino de conteúdos da escola de origem da criança e/ou o trabalho educativo com conteúdos próprios à cada faixa etária das crianças hospitalizadas, levando-as a superar as dificuldades de aprendizagem e/ou criar estratégias de aquisição de novos conhecimentos, além de proporcionar uma integração entre o ambiente hospitalar e a sociedade, valorizando às necessidades intelectuais e sócio-interativas do desenvolvimento e da educação da criança hospitalizada.

A preocupação com as necessidades educacionais básicas de aprendizagem das crianças constitui um verdadeiro desafio dos educadores, porque atender às necessidades significa dar um novo significado para a diferença, bem como reestruturar o trabalho pedagógico, tal como se deseja.

Este trabalho tem a pretensão de alertar para as necessidades básicas para a aprendizagem, o que inclui a análise das condições de todos os atores que participam da organização e da implementação do processo de ensino

aprendizagem. Objetivamos, também, com esta análise, considerar a aprendizagem como processo individual para o qual inúmeras variáveis interferem, criando-lhe obstáculos. Para removê-los devemos voltar nossas atenções para as discussões que contribuem para a renovação social.

Para remover barreiras à aprendizagem é preciso rever as estruturas tradicionais sobre as quais nossas escolas estão se formando, que estimulam a transmissão de conhecimento, a avaliação somativa, a reprovação e a repetência. Estas observações podem ser um alerta para a importância do trabalho em equipe, de modo que seja um espaço permanente para discutir o trabalho pedagógico, estudar sobre aprendizagem e desenvolvimento humano, além de analisar os casos dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

A lógica da transmissão deve ser substituída por uma outra, preocupada com a aprendizagem e com tudo o que possa dificultá-la. Pretende-se uma educação aberta à diversidade, consciente de suas funções sócio-políticas, ao lado das pedagógicas, uma escola sintonizada com os valores democráticos. Mais importante que conceber a escola como mera transmissora de conteúdos é concebê-la como o espaço privilegiado de formação e de exercício da cidadania. Como a escola também é o espaço para se registrar experiências de alunos e professores, utilizando a pesquisa na educação como forma de remover as barreiras à aprendizagem.

O favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o educador, saber o que é o processo de aprendizagem e como ele se dá, e este independe do meio que acontece. A classe hospitalar reforça o direito de todos a educação, direito igualmente importante de conhecer o processo de desenvolvimento humano em suas diversas facetas, examinando suas relações com a aprendizagem.

Tornar a aprendizagem interessante é uma forma de se remover as barreiras da aprendizagem, e para tanto o professor precisa conhecer os interesses de seus alunos, treinando a sua escuta e criando, diariamente, um tempo para essa escuta, que pode ser coletiva.

*faltam  
algumas  
referências*

## **Referências bibliográficas**

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Rio de Janeiro, FAE, 1989. Programa nacional de direitos humanos. Brasília, Presidência da República, 1996.

----- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados**. Resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995. Diário Oficial da União, 199, de 17 de outubro de 1995. p.16, 319-20. Brasília: Imprensa Oficial, 1995.

----- **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13/07/90.

----- MEC. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP. 2002

----- MEC. **Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP. V. 1-9 (Educação Infantil). 2002.

----- MEC. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

----- MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF. 1997.

----- MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

----- MEC. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro 1. MEC/SEESP. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

----- Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica / Secretaria de Educação Especial – Mec; SEESP, 2001.**

----- **Programa de ação mundial para as pessoas portadoras de deficiência**. Brasília, 1997.

----- **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília, Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, 1996.

**BRASÍLIA: Ministério da Educação. Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância, SEED, 1999.**

**CECCIM, R. e CARVALHO, P. (org.). Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida.** Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997.

**COLL, C.; PALACIOS, J. & MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação – Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

**CHAVES, I. M. Historical overview of special education in the United States.** In: P. Bates, T. L. West & R. B. Schmerl (Eds), *Mainstreaming: Problems, potentials and perspectives* (p. 25-41). Minneapolis: National Support Systems Project. 1977

**EDLER CARVALHO, R. A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo, Mennon, 1997.

----- **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

**GÓES, M. & LAPLANE, A. Políticas e Práticas de educação inclusiva.** Campinas, S. P. : Autores Associados, 2004. (Coleção Contemporânea).

**MAZZOTTA, M. J. Educação especial no Brasil. História e políticas públicas.** São Paulo, Cortez, 1996.

**UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, Ciência e Cultura / Ministério da Educação e Ciência da Espanha / Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora da Deficiência – Corde. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

**KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Ciência e senso Comum no cotidiano das classes especiais.** Campinas, S. P.: Papyrus, 1995. (Série Educação Especial)

REVISTA NOVA ESCOLA. Rio de Janeiro: Ed. Abril, nº 11, out. 2006.

STAINBACK, Susan e William Stainback. **Inclusão: um guia para educadores**; trad. Magda França Lopes. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

WILES, P. **The schoolteacher on the hospital ward**. *Journal of Advanced Nursing*. 12:631-40. 1987.

<http://www.portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 18 nov. 2006, 14:40.

<http://www2.uerj.br/~classhosp>. Acesso em 19 nov. 2006, 20:00.

<http://www.rio.rj.gov.br/sme>. Acesso em 18 nov. 2006, 15:20.

<http://www.saude.rio.rj.gov.br>. Acesso em 18 nov. 2006, 21:02.



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A): Jaice Bumba de Souza

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : Classes Hospitalares:

um novo olhar do pedagogo.

ORIENTADOR: Angela Maria Martins

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador

Professor convidado: Maria Angela

Nota : 9,5 (nove e meio)

Considerações:

Tema muito importante no contexto  
da inclusão e exatizações em outros  
espaços educativos. Discutiu o trabalho  
docente nas classes hospitalares, e um  
novo desafio da pedagogia. Parabéns pelo  
resultado e pela escolha do tema.

Angela M. Coube  
23/02/07



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A): Jaice Lamba de Souza

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : Classes Hospitalares;  
um novo olhar do pedagogo.

ORIENTADOR: Angela Maria Martins

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Segundo avaliador

Professor orientador: Angela Maria Martins

Nota : 9,0 (muito)

Considerações:

Este trabalho foi um grande desafio  
para Jaice, pois são poucas as fontes  
de pesquisa no que se refere as classes  
hospitalares. Pelo esforço empreendido  
por Jaice, exemplarmente a nota 9,0  
(muito) foi dada.



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A): Jaice Lúcia de Souza

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : Classes Hospitalares:

um novo olhar do pedagogo

ORIENTADOR: Angela Maria Martins

**FOLETA DE AVALIAÇÃO FINAL**

Terceiro avaliador

Professor da disciplina : Adriana Martha Coimbra

Nota : 9,0

Considerações:

Verificar formatação das páginas iniciais e algumas referências que não constam das Referências Bibliográficas. Bom trabalho, em termos formais.

Nota Final: 9,1  
Silly